



FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUILHERME ANTÔNIO HONÓRIO OLIVEIRA

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE
LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA NO BANCO BRADESCO S/A**

FIC – CARATINGA / MG

2018



FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS



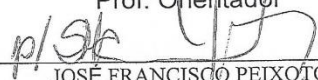
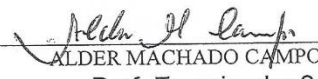
GUILHERME ANTÔNIO HONÓRIO OLIVEIRA

**FATORES QUE INFLUENCIAM A PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE
LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA NO BANCO BRADESCO S/A**

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Caratinga como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Professor Msc. Vagner Valadares Bravos.

FIC – CARATINGA / MG

2018

	FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA	FORMULÁRIO 9
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
TERMO DE APROVAÇÃO		
<p style="text-align: center;">TERMO DE APROVAÇÃO</p> <p>O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: FATORES QUE INFLUENCIAM A PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DO BANCO BRADESCO S/A, elaborado pelo(s) aluno(s) GUILHERME ANTÔNIO HONÓRIO OLIVEIRA e foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de</p> <p style="text-align: center;">BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.</p> <p style="text-align: center;">Caratinga 06/12/2018</p> <p style="text-align: center;">  ROSANE APARECIDA MOREIRA Prof. Orientador </p> <p style="text-align: center;">  JOSÉ FRANCISCO PEIXOTO Prof. Avaliador 1 </p> <p style="text-align: center;">  ALDER MACHADO CAMPOS Prof. Examinador 2 </p>		

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, por sempre me manter de pé quando me senti sem forças para continuar. Dedico também a minha família, por ter me dado um exemplo de vida, por estar comigo em todos os momentos e incentivando a sempre seguir em frente com fé e coragem.

AGRADECIMENTOS

A coordenadora Sílvia e o professor Roberto Fully por ter me acolhido nesta faculdade, ter confiado em mim e sempre ter sido um porto seguro. Agradeço a todo o corpo docente da Doctum, em especial aos professores orientadores Vagner e Rosane, juntamente com todas as amigas que foram criadas durante esses quatro anos de convivência.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo verificar se há relação entre as variações dos indicadores econômicos que somam todos os bens e serviços produzidos no Brasil e o índice oficial de inflação utilizado no país com o lucro líquido e o valor que se espera perder em operações financeiras do Banco Bradesco S/A. Foram analisadas as demonstrações financeiras do banco, calculando as variações incorridas em seu Balanço Patrimonial e na sua Demonstração de Resultado do ano 1998 até 2008. Deste modo, este estudo busca identificar se variações do PIB, da inflação e do lucro líquido do banco causa interferência na elaboração da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. O estudo realiza-se através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, fazendo uma revisão bibliográfica sobre o assunto e classificando possíveis outros fatores que representam risco às operações. O presente trabalho indica que inicialmente as variações dos indicadores econômicos e o lucro são fatores que podem se relacionar com o valor que se espera perder, porém posteriormente após o ano de 2001, não ocorre mais essa relação.

ABSTRACT

This study aimed to verify if there is a relation between the variations of the economic indicators that add up all the goods and services produced in Brazil and the official index of inflation used in the country with the net profit and the amount that is expected to be lost in financial operations of the Bank Bradesco S / A. The bank's financial statements were analyzed by calculating the variations incurred in its Balance Sheet and Income Statement from 1998 to 2008. Thus, this study seeks to identify if variations in GDP, inflation and net income of the bank cause interference in the preparation of the Allowance for Loan Losses. The study is carried out through a qualitative and quantitative research, making a bibliographical review on the subject and classifying possible other factors that represent risk to the operations. The present study indicates that initially the variations of the economic indicators and the profit are factors can be related to the value that is expected to lose, but later after the year of 2001, this relation does not occur anymore.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2.1 Considerações sobre a Economia Brasileira	2
2.2 Classificação dos Bancos	6
2.3 Risco Sistêmico	7
2.4 Provisões	7
3 METODOLOGIA	10
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	11
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

TABELA 2 - PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA, LUCRO LÍQUIDO E TOTAL DE RECEITAS

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO PIB E VARIAÇÃO DO IPCA

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA DÉCADA DE 80 EM COMPARAÇÃO COM A DÉCADA DE 90.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO IPCA DE 1995 A 2016

GRÁFICO 3 - COMPARAÇÃO DE VARIAÇÕES DO PIB, IPCA, PCLD E LUCRO LÍQUIDO

LISTA DE SIGLAS

S/A: SOCIEDADE ANÔNIMA

SFN: SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO

IGP-DI: ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS

URV: UNIDADE DE REAL DE VALOR

IPCA: ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO

CVM: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PCLD: PROVISÃO PARA DEVEDORES DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

LL: LUCRO LÍQUIDO

RB: RECEITA BRUTA

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca verificar se há uma relação entre os indicadores econômicos antes da elaboração da Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa do Banco Bradesco S/A e verificar se as análises desses aspectos interferem no resultado da instituição financeira.

De acordo com o Banco Central do Brasil, 1999, as instituições financeiras detentoras dos créditos devem classificar as suas operações de crédito de acordo com o risco que a mesma incorra sobre os seus ativos. Esta classificação é relacionada aos devedores a sobre as garantias que fazem parte desta operação financeira. Ao todo há nove níveis que classificam as operações de crédito e há uma metodologia específica para que seja feita a provisão de perda com essas operações de acordo com o risco que a mesma apresenta.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários, 2002, que é a autarquia federal que tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil, a provisão é tratada como um passivo de valor incerto. Desta forma, se torna necessário que as empresas estejam sempre buscando evidenciar o risco as quais estão sujeitas.

Fernandes, Ponte, Moura, Luca e Oliveira (2008) apontaram que após a implantação do Plano Real em 1995, o Sistema Financeiro Nacional se modificou com várias melhorias, e antes deste período vários bancos fecharam, porém após o ano de 1995 houve uma reestruturação do SFN (Sistema Financeiro Nacional) e aos poucos o nível de provisionamento para crédito de liquidação duvidosa voltaram a aumentar de forma relevante.

De acordo com análise de Araújo, Lutosa e Paulo (2018), no período de 2001 a 2012, alguns indicadores econômicos interferem de forma direta no valor das provisões para crédito de liquidação duvidosa. Ou seja, em uma pesquisa realizada na Espanha, no Reino Unido e no Brasil, a variação do PIB e a taxa de desemprego são fatores relevantes nesta provisão, porém cada país há critérios contábeis diferentes para a mensuração do risco e normas distintas de gerenciamento de resultados.

Com a implantação do Plano Real no Brasil em 1995, que previa estabilizar a economia brasileira, frear e ajustar a inflação a patamares favoráveis para o crescimento do país os bancos tiveram que buscar outras formas estratégicas para

continuar atuando no mercado. De acordo com Amaral e Costa (1998), o cenário de inflação alta e incontrolável era interessante para as instituições financeiras, pois se tornava lucrativo ter altas taxas de juros.

Comparado à economia da União Europeia, que de acordo com Halka e Szafrank (2016), uma queda nos índices de inflação gera um cenário de pressão deflacionário, ou seja, o índice de preços dos consumidores se dá na maior parte por efeito da globalização e não do próprio sistema financeiro, assim uma economia estabilizada gera menor alta dos preços.

De acordo com a pesquisa de Lutosa e Paulo (2016), o crescimento do PIB é um fator que alarma os bancos para um possível aumento no nível de inadimplência, os bancos britânicos em específico já apostam que uma variação positiva traz mais solidez ao mercado, assim diminuindo provisões e acreditando em um mercado mais sólido.

Porém esta pesquisa busca responder se em conjunto, a inflação, o crescimento ou diminuição do PIB e o lucro do banco reflete na variação de Provisão para Devedores Duvidosos do Banco Bradesco S/A.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Considerações sobre a Economia Brasileira

Em 1964, inicia-se o período de Governo Militar, que, de acordo com Cysne (1994), a disponibilidade estatística das contas brasileiras cresceu de 1964 até 1985 6,15% ao ano, submetido a uma taxa de inflação de 60,15% ao ano medida pelo IGP-DI, que comparada à taxa mundial de 9,4% pode ser considerada alta.

Ainda segundo Cysne (1994), o crescimento médio brasileiro foi de 6,15% ao ano, quando comparamos a taxa de crescimento médio mundial de 1964 a 1985 que foi de 3,66%, apesar da alta inflação, o Brasil conseguiu manter uma boa taxa de crescimento. Mas vale ressaltar que devido ao elevado índice de inflação, variação cambial e outros indicadores econômicos, as comparações desse tipo podem apresentar uma leve variação.

De acordo com Costa e Amaral (1998), em meados da década de 1980 o Brasil enfrentava uma complicada situação e se deparava com o problema das elevadas taxas de juros, assim evidenciando um custo de capital elevado a dependência de

capital de origem estrangeira. Ou seja, o país necessitava uma revisão em suas políticas econômicas de modo geral.

Para Giambiagi, (1999), a década de 1990 pode ser considerada “a década perdida”, se comparada à década de 80. Alguns fatores citados é o crescimento do PIB, que era de 1,9% ao ano. (1980-1989) contra a década de 90, que se manteve cerca de 1,7% ao ano.

Nos estudos de Averbug (2000), uma mudança na política cambial desencadeou uma série de fatores negativos, dentre eles a forte desvalorização do Real. O ambiente de flutuação cambial era a única saída, que até momento, era controlada pelo Banco Central passou ser interferida somente caso a taxa subisse muito. Esse período também foi marcado com uma alta na taxa básica de juros, que chegou a 45% nominais. Ou seja, ter um controle sobre a taxa cambial custou ao Brasil uma alta da inflação no ano de 1999.

O gráfico a seguir confirma os dizeres de Giambiagi, onde podemos notar que o PIB na década de 80 de início teve uma forte alta, logo após se retraiu porém recuperou a queda e fechou a década em alta. Já nos anos 90 notamos uma maior flutuação e que no final do período ele não conseguiu manter o crescimento que havia ocorrido no início.

Gráfico 1 Variação do Produto Interno Bruto da década de 80 em comparação com a década de 90.



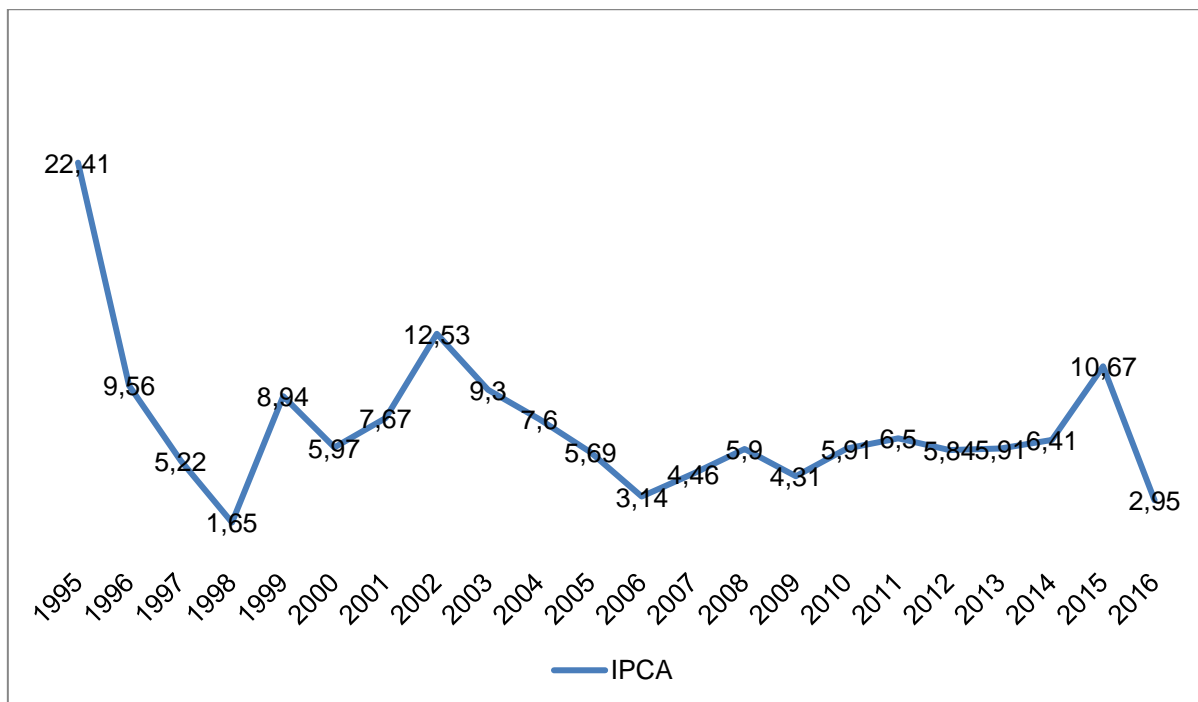
Fonte: IBGE

Kannebley (2003) diz que as alterações de políticas econômicas tem efeito direto no poder de compra dos brasileiros, desta forma, as condições macroeconômicas brasileiras refletem diretamente na vida financeira e econômica da população, podendo assim definir uma relação entre políticas econômicas, qualidade de crédito e poder aquisitivo.

De acordo com Cunha, (2006), em 1994, foi elaborado o Plano Real, seguido da URV (Unidade de Real de Valor), que foi um índice utilizado para a transição de moedas e refletir seu real valor, essa transição pôde proporcionar à economia uma tranquilidade momentânea.

O gráfico abaixo mostra que logo após 1995, era notável um clima de alta inflação, e a transição de moedas provocou uma paz momentânea na incontrolável inflação que ocorria anteriormente. Porém no ano de 1998 para 1999 com a crise, o índice volta a subir e acaba o momento de queda da inflação, na sequência notamos leves flutuações.

Gráfico 2 Variação do IPCA de 1995 a 2016



Fonte: IBGE

Nota-se que após a implantação do Plano Real, O IPCA teve um momento de queda. Para entender melhor, o IBGE define IPCA como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou seja, seu objetivo é medir a inflação de produtos e serviços comercializados no varejo aos consumidores de renda entre 1 a 40 salários mínimos, sendo que a abrangência deste índice é de 90% das famílias brasileiras.

Nos dizeres de Bittencourt, Larson e Thompson, (2007), a menor volatilidade são favoráveis para a economia, pois contribuem para o crescimento da renda, a redução de tarifas comerciais, estabilizam os ganhos das empresas e reduz a incerteza dos créditos, melhorando assim sua solidez e sua confiabilidade.

De acordo com Maffili, Bressan e Souza (2007) os bancos comerciais devem buscar gerenciar da melhor forma possível a sua captação de depósitos e os empréstimos, uma vez que este não trabalha de modo geral a longo prazo, como é o caso dos bancos de investimento, dessa forma, o seu endividamento age de forma positiva com seus resultados.

Maffili, Bressan e Souza (2007) ainda destacam que após a implantação do plano real, nota-se um cenário de forte queda lucro líquido consolidado das

instituições financeiras do tipo banco comercial múltiplo ou com carteira comercial, além da Caixa Econômica Federal, a qual presta serviços e oferta produtos semelhante aos bancos.

Figueredo e Marques (2009) afirmam que o período pós Plano Real houve uma estabilização da inflação e conseguindo segurar essa taxa a nível de países avançados. Marcando assim o Plano Real como um importante mecanismo para conter a inflação e resolver parte dos problemas da incontrolável economia brasileira.

2.2 Classificação dos Bancos

A Resolução 2099 do Conselho Monetário Nacional de 1994 define como bancos comerciais aqueles que atuam com financiamentos a pessoas físicas, comércio, indústrias e empresas em geral a curto, médio e longo prazo. Bancos múltiplos atuam no segmento comercial, investimento ou desenvolvimento, crédito imobiliário, arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento.

Na relação de Instituições Financeiras em funcionamento no país, o Banco Central do Brasil até o início de 2018 tem em seu registro o total 313 bancos conglomerados, ou seja, um grupo empresarial pode conter mais de um banco de acordo com a sua carteira. Dentre estes, 156 são bancos comerciais, múltiplos e Caixa Econômica.

Os estudos de Maffili, Bressan e Souza (2007), afirmam que de 1995 até 2005 os bancos comerciais ou múltiplos que possuem carteira comercial em 2005 tiveram o maior lucro líquido consolidado. Ainda de acordo com este autor, o aumento do endividamento dessas instituições está correlacionado com a rentabilidade, uma vez que seus passivos são gerenciados de forma que possam produzir lucro.

O presente trabalho busca abordar um banco múltiplo que atuam na carteira comercial, uma vez que este está presente no segmento varejo e está sujeito às variações econômicas de forma direta.

Dantas, Medeiros e Paulo (2011) afirmam que a rentabilidade das instituições financeiras não está ligada diretamente a uma concentração maior de mercado, deste modo, a rentabilidade de um uma instituição financeira de porte grande não significa que será maior do que uma instituição de pequeno porte.

2.3 Risco Sistêmico

Meireles e Lima (2001) afirmam que a taxa nominal de juros varia de acordo com alguns elementos, sendo eles a taxa básica de juros e a rentabilidade desejada pelas instituições financeiras. Deste modo a variação da taxa de inflação pode exercer forças sobre estes elementos, porém a redução do risco e o aumento na capacidade de pagamento faz que o *mark up* dos bancos diminua, uma vez que o crédito passar a ter melhor qualidade.

Em uma pesquisa realizada de 1994 até 1999, Ribeiro e Bugarin (2003) puderam notar que a inflação não impôs influência direta sobre a economia brasileira no período, porém o desemprego e a alta carga tributária são fortes fatores que sugerem uma submersão na economia. Desta forma podemos correlacionar a crise de 1999 com estes fatores.

Capecetto e Corrar(2007, P 16): As variáveis contábeis e econômicas mais associadas à ocorrência de crises estão relacionadas com a qualidade dos créditos, o volume de resultados e o nível de taxa de juros, destacando-se os indicadores que expressem as volatilidades da inadimplência, da rentabilidade e da taxa de juros, e as médias da rentabilidade e do risco de crédito.

Bignotto e Rodrigues (2006) definem o termo *spread* como a margem existente entre a entrada e a saída de seus empréstimos, assim o valor que representa a diferença da entrada frente a saída denomina-se o *spread* bancário.

O estudo de Bignotto e Rodrigues (2006) ainda buscou averiguar se as variáveis como estrutura do mercado, custo administrativo e os riscos do crédito e os juros influenciam diretamente no *spread* dos bancos e foi constatado que não há relação direta dos fatores analisados com o *spread* cobrado pelos bancos.

Segundo os estudos de Capelletto, Martins e Corrar (2008), o risco está presente em qualquer quantificação incerta, ou seja, qualquer incerteza de determinado resultado representa um risco. Em finanças, o risco se define na não obtenção do valor esperado em algum investimento. Há uma variância no retorno, e quanto maior esta variância, maior será a margem de risco.

2.4 Provisões

A Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil de 1999, que “Dispões sobre os critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa” prevê a seguinte classificação:

Tabela 1 Critérios para Classificação das Operações de Crédito

Classe	Descriminação
AA	Menor que 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível AA;
A	0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
B	1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
C	1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
D	10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
E	30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E
F	50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
G	50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
H	100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

Fonte: Banco Central do Brasil, Res. 2682 de 1999.

Dantas e Medeiros (2015) afirmam que a qualidade das informações contábeis é uma condição essencial para o sucesso de qualquer entidade, principalmente das instituições financeiras por estarem sujeitas ao risco sistêmico e devem oferecer segurança aos clientes assegurando sua credibilidade. Porém os clientes nem sempre dão importância a auditoria e os critérios contábeis aplicados nos bancos.

Para Reis, Lamounier e Bressan (2015) os gestores que evitam divulgar perdas em suas demonstrações contábeis gerenciam seus resultados através de redução nas despesas e tal fator se dá com o suposto motivo de evitar perdas no mercado de capitais, assim criando a *Teoria da Perspectiva*.

De acordo com Araújo, Lutosa e Paulo (2017) o Banco Central do Brasil utiliza o termo “provisão para crédito de liquidação duvidosa” para uma estimada perda em um crédito concedido, podendo assim avaliar a incerteza do pagamento da dívida por

parte do cliente e medindo o valor que se espera receber e a perda que será deduzida do lucro do período.

Ainda segundo esses autores, o tamanho das instituições financeiras no Brasil não apresenta grandes influências nessas provisões e há grandes dificuldades por parte das instituições financeiras em prever os futuros cenários econômicos e de forma ligeira as provisões tender a ter uma pequena alta quando os resultados dos bancos aumentam.

Silva, Gonçalves, Bonfim e Niyama (2018) defendem que a qualidade do lucro possui uma relação positiva com a auditoria e o nível de governança corporativa. Eles ainda afirmam que a participação de instituições financeiras em ações ordinárias, a qualidade do lucro das empresas tendem a ser melhor.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa quantitativa, pois as informações serão fruto do processamento dos dados através de cálculos matemáticos. O embasamento teórico do trabalho apresenta-se na revisão documental e bibliográfica de autores com publicações de classificação A2, A2, B1 e B2 da plataforma Qualis.

A amostra é composta pelas informações do período de 1998 até 2008 publicadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Banco Bradesco, que são fornecidas em sua página da internet destinada a relações com investidores e estão de acordo com a Legislação Societária vigente no ano da elaboração. Os índices econômicos estão disponíveis nos sites do IBGE e do Banco Central do Brasil, os quais refletem os índices oficiais brasileiros.

Busca-se identificar neste trabalho, se os indicadores antes e após o período da elaboração da provisão para crédito de liquidação duvidosa possui uma relação positiva ou negativa e se na apuração das reais perdas, a provisão foi feita de forma assertiva.

Define-se o modelo, onde se leva em consideração os principais índices econômicos e busca-se evidenciar se tais índices irão dar indícios a um futuro período de inadimplência ao Banco Bradesco. Os dados visam identificar se a elaboração da provisão para crédito de liquidação duvidosa também refletem a realidade.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os estudos de Araújo, Lutosa e Paulo (2017) utiliza um método com dados de painel no seguinte modelo:

$$PROV_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta PIB_t + \beta_2 DESEMP_t + \beta_3 LUC_{it} + \beta_4 \Delta InEMP_{it} + \beta_5 EMP_{it} + \beta_6 PL_{it} + \beta_7 PORTE_{itj} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

- $PROV_{it}$ = provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os ativos totais médios dos bancos i no tempo t .
- ΔPIB_t = variação real do PIB no tempo t .
- $DESEMP_t$ = taxa de desemprego no tempo t .
- LUC_{it} = lucro antes do imposto de renda, das participações e das provisões para créditos de liquidação duvidosa sobre os ativos totais médios dos bancos i no tempo t .
- $InEMP_{it}$ = variação dos saldos dos empréstimos dos bancos i no tempo t .
- EMP_{it} = saldo das operações de crédito sobre os ativos totais dos bancos i no tempo t .
- PL_{it} = capital próprio sobre os ativos totais dos bancos i no tempo t .
- $PORTE_{itj}$ = tamanho dos bancos i no tempo t .

Porém o estudo citado anteriormente buscou a relação entre PCLD das instituições financeiras e os ciclos econômicos e conclui-se que o PIB e a taxa de desemprego são os fatores principais para determinar a PCLD na amostra utilizada.

O quadro 1 a seguir apresenta os dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Banco Bradesco:

Tabela 2 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, Lucro Líquido e Total de Receitas

ANO	PCLD	LUCRO LÍQUIDO	TOTAL RECEITA	% PCLD LL	% PCLD RB
1998	342.663	1.012.420	8.268.058	34%	4,14%
1999	534.884	1.104.806	11.188.695	48%	4,78%
2000	1.206.285	1.740.165	9.022.968	69%	13,37%
2001	1.570.976	2.170.130	13.479.070	72%	11,65%
2002	1.880.934	2.022.588	19.820.734	93%	9,49%
2003	2.182.882	2.306.339	18.337.397	95%	11,90%
2004	2.531.266	3.060.151	19.684.272	83%	12,86%
2005	2.994.234	5.514.074	27.265.760	54%	10,98%
2006	3.952.311	5.054.040	30.624.580	78%	12,91%
2007	4.566.928	8.009.724	34.455.950	57%	13,25%
2008	5.795.049	7.620.238	46.424.011	76%	12,48%

Fonte: Autor, 2018

Observa-se no quadro acima que a porcentagem de Provisão para Devedores Duvidosos chega a representar o pico de 95% do Lucro Líquido em 2003 e o mínimo de 34% no ano de 1998, porém o ano em que a Provisão para Devedores de Liquidação Duvidosa representa maior porcentagem se comparada à Receita Bruta é no ano 2000, onde representa 13,37%.

O quadro 2 apresenta a variação do Produto Interno Bruto e do IPCA seguido da porcentagem de Provisão para Devedores Duvidosos do Lucro Líquido e da Receita Bruta no mesmo período dos dados citados anteriormente no quadro 1.

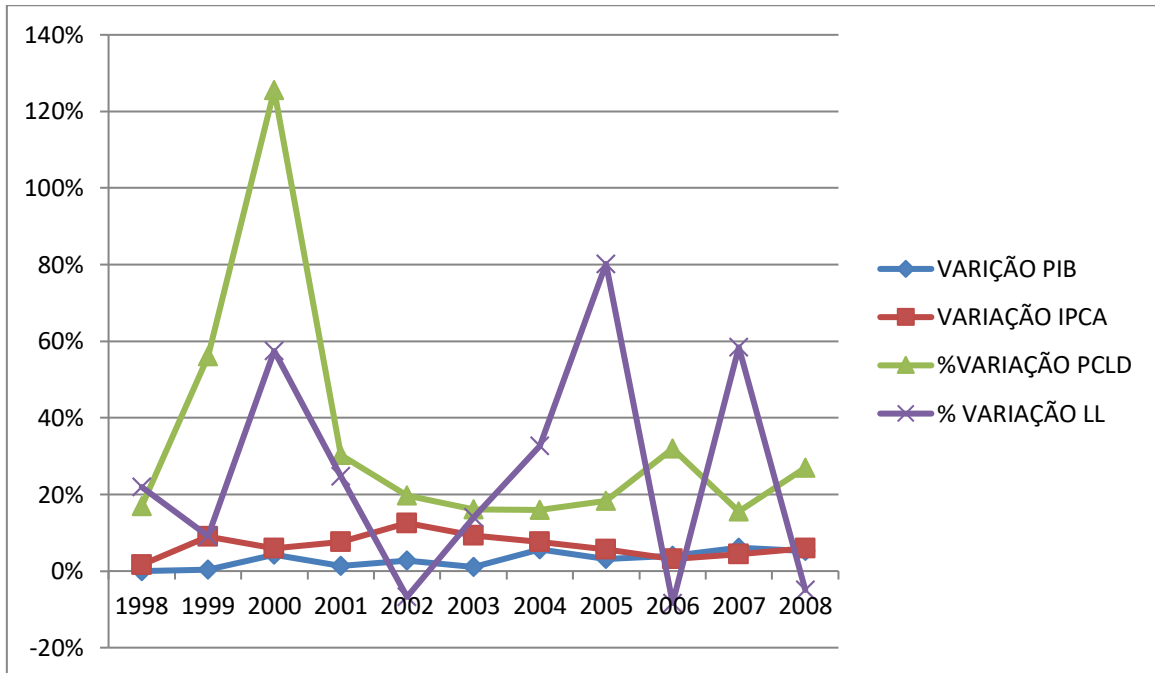
Tabela 3 Variação do PIB e Variação do IPCA

ANO	VARIÇÃO PIB	VARIAÇÃO IPCA	% PCLD LL	% PCLD RB
1998	0%	1,65%	33,85%	4,14%
1999	0,30%	8,94%	48,41%	4,78%
2000	4,30%	5,97%	69,32%	13,37%
2001	1,30%	7,67%	72,39%	11,65%
2002	2,70%	12,53%	93,00%	9,49%
2003	1,10%	9,30%	94,65%	11,90%
2004	5,70%	7,60%	82,72%	12,86%
2005	3,20%	5,69%	54,30%	10,98%
2006	4%	3,14%	78,20%	12,91%
2007	6,10%	4,46%	57,02%	13,25%
2008	5,20%	5,90%	76,05%	12,48%

Fonte: Autor, 2018

Através da análise do quadro 2 nota-se que o período em que a Provisão para Devedores Duvidosos relacionada ao Lucro Líquido apresenta um pico, chegando a 93% quando o IPCA apresentou a maior variação do período, e logo após quando o IPCA apresenta a segunda maior variação, a Provisão para Devedores Duvidosos também atingiu 94,65%, sendo assim considerada a maior provisão de perda no período analisado.

Gráfico 3 Comparação de Variações do PIB, IPCA, PCLD e Lucro Líquido



Fonte: Autor, 2018

O gráfico acima apresenta a variação de todos os indicadores comparada ao resultado apresentado no ano anterior. Nota-se que entre 1998 a 2001, há correlações entre os indicadores Variação do PIB, PCLD e Lucro Líquido, porém com a ressalva de que nos períodos posteriores não existe mais este mesmo fator de correlação entre as variações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, pode-se concluir que fica evidente que a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa inicialmente tende a aumentar quando o Lucro Líquido do Banco aumenta e o aumento da variação do PIB também pode causar reflexos positivos no Lucro Líquido e na PCLD dos anos 1998 a 2001.

Porém nota-se que no período posterior, analisando-se de 2000 a 2002, o Lucro Líquido e a PCLD caem enquanto o PIB sofre uma leve queda e volta a subir e o IPCA tem uma variação positiva.

Este mesmo efeito não ocorre novamente, já que de 2002 a 2008 a variação Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e a Variação do Lucro Líquido tomam caminhos diferentes, indicando assim que quando o Lucro Líquido tende a subir, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa tende a diminuir sua variação.

Levando em consideração os estudos de Araújo, Lutosa e Paulo (2017), os resultados obtidos nesta pesquisa são semelhantes, pois segundo estes autores a variações no lucro são insignificantes para a elaboração das provisões de perdas, e de acordo com a amostra utilizada nesta pesquisa, inicialmente o lucro e as provisões seguem juntas, porém após determinado período, elas tomam o efeito inverso, sendo quando uma varia de forma positiva, a outra apresenta variações negativas.

Contudo este estudo utilizou-se apenas um banco para conter a amostra e dos índices econômicos, utilizou-se o PIB e o IPCA, limitando o campo de pesquisa, desta forma, para uma provável futura conclusão, recomenda-se a utilização de uma amostra contendo variáveis não contempladas nesta pesquisa e a participação de mais instituições financeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELLETTO Lucio Rodrigues; CORRAR Luiz João **ÍNDICES DE RISCO SISTÊMICO PARA O SETOR BANCÁRIO**. Revista Contabilidade e Finanças – USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34257>>. Acessado em 01 de maio de 2018.

ARAPUJO Antônio Maria Henri Beyle; LUTOSA Paulo Roberto Barbosa; PAULO Edilson **A CICLICIDADE DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA SOB TRÊS DIFERENTES MODELOS CONTÁBEIS: REINO UNIDO, ESPANHA E BRASIL**. Revista Contabilidade e Finanças – USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/141339>>. Acessado em 03 de maio de 2018.

FERNANDES Dimas Tadeu Madeira; PONTE Vera Maria Rodrigues; MOURA Heber José; LUCA Márcia Martins Mendes **OS IMPACTOS DA RESOLUÇÃO N. 2.682 E DOS PROGRAMAS DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO**. Revista Contabilidade e Finanças – USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34260>>. Acessado em 03 de maio de 2018>.

AVERBUG André; GIAMBIAGI Fabio **A CRISE BRASILEIRA DE 1998/1999 - ORGENS E CONSEQUÊNCIAS**. Textos para Discussão. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/200005_3.html>. Acessado em 03 de maio de 2018.

BITTENCOURT Mauricio V. L.; LARSON Donald W.; STANLEY R. Thompson **IMPACTOS DA VOLATILIDADE DA TAXA DE CÂMBIO NO COMÉRCIO SETORIAL DO MERCOSUL** Estudos Econômicos. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000400004>. Acessado em 01 de maio de 2018.

AMARAL Hudson Fernandes; COSTA Gustavo Alves **PLANO REAL: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELO SETOR BANCÁRIO**. Contabilidade Vista e Revista – UFMG Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/124/120>>. Acessado em 18 de maio de 2018.

CUNHA Patrícia Helena F. **A ESTABILIZAÇÃO EM DOIS REGISTROS**. Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35878>>. Acessado em 18 de maio de 2018.

CYSNE Rubens Penha **A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO MILITAR-VERSÃO REVISADA** Disponível em: <http://www.fgv.br/professor/rubens/HOMEPAGE/ENSAIOS_ECONOMICOS/Ensaio_s_Publicados/a%20economia%20brasileira%20do%20periodo%20militar.pdf>. Acessado em 21 de outubro de 2018.

FIGUEREDO Erik Alencar **INFLAÇÃO INERCIAL COMO UM PROCESSO DE LONGA MEMÓRIA: ANÁLISE A PARTIR DE UM MODELO ARFIMA-FIGARCH.** Estudos Econômicos. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000200008>. Acessado em 27 de agosto de 2018.

GIAMBIAGI Fabio; MOREIRA Maurício Mesquita **A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90.** Textos Biblioteca Digital - BNDES. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2972>>. Acessado em 06 de maio de 2018.

JÚNIO Sérgio Kannebley **PARIDADE DO PODER DE COMPRA NO BRASIL - 1968 A 1994.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/35805/38521>>. Acessado em 15 de maio de 2018.

MARTINEZ Antoni Lopo **"GERECIAMENTO" DOS RESULTADOS CONTÁBEIS: ESTUDO EMPÍRICO DAS COMNHIAS ABERTAS BRASILEIRAS.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052002-110538/publico/tde.pdf>. Acessado em 15 de maio de 2018.

BIGNOTTO Fernando G.; RODRIGUES Eduardo Augusto de Souza **FATORES DE RISCO E O SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL.** Trabalhos para Discussão. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps110.pdf>>. Acessado em 07 de novembro de 2018.

CAPELLETTO Lucio Rodrigues; MARTINS Eliseu; CORRAR Luiz João **MENSURAÇÃO DE RISCO SISTÊMICO NO SETOR BANCÁRIO COM VARIÁVEIS CONTÁBEIS E ECONÔMICAS** Trabalhos Para Discussão. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps169.pdf>>. Acessado em 25 de maio de 2018.

MEIRELLES Antonio J. A.; LIMA Gilberto Tadeu **TAXA DE JUROS, NÍVEL DE ATIVIDADE E DISTRIBUIÇÃO: UM MODELO DINÂMICO COM MARK-UP BANCÁRIO ENDÓGENO.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117739/0>>. Acessado em 24 de maio de 2018.

RIBEIRO Roberto Name; BURGARIN Mirta Noemi Sataka **FATORES DETERMINANTES E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SUBMERSA NO BRASIL.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35795>>. Acessado em 17 de setembro de 2018.

DANTAS José Alves; MEDEIROS Otavio Ribeiro **DETERMINANTES DE QUALIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE EM BANCOS.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98097/96929>>. Acessado em 17 de maio de 2018.

REIS Elizio Marcos; LAMOUNIR Wagner Moura; BRESSAN Valéria Gama Fully **EVITAR DIVULGAR PERDAS: UM ESTUDO EMPÍRICO DO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS POR MEIO DE DECISÕES OPERACIONAIS.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/108778>>. Acessado em 25 de maio de 2018.

BRASIL, Banco Central do Brasil **RESOLUÇÃO Nº 2682** Disponível em: <www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>. Acessado em 25 de novembro de 2018.

DANTAS José Alves; MEDEIROS Otávio Ribeiro; PAULO Edilson **RELAÇÃO ENTRE CONCENTRAÇÃO E RENTABILIDADE NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/rcf/article/view/34325/37057>>. Acessado em 25 de maio de 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia **ESTATÍSTICAS** – Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em 18 de novembro de 2018.

MAFFILI Dener William; BRESSAN Aureliano Angel; SOUZA Antônio Artur **ESTUDO DA RENTABILIDADE DOS BANCOS BRASILEIROS DE VAREJO NO PERÍODO DE 1999 A 2005.** Contabilidade Vista e Revista – UFMG Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/329>>. Acessado em 14 de maio de 2018.

BRASIL, Banco Central do Brasil **RESOLUÇÃO Nº 2.099** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1994&numero=2099>>. Acessado em 14 de maio de 2018.

ROCHA Jean Paul Cabral Veiga **A DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO SISTEMA FINANCEIRO:UM MODELO PARA O BRASIL.** Revista Contabilidade e Finanças - USP. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67511/70121>>. Acessado em 15 de maio de 2018.

SILVA Josimar Pires; GONÇANVES Rodrigo De Souza; BONFIM Mariana Pereira; NIRAMA Jorge Katsumi **QUALIDADE DO LUCRO VERSUS GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DAS COMPANHIAS DE UTILIDADE PÚBLICA LISTADAS NA B3**. Contabilidade Vista e Revista – UFMG Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/3680>>. Acessado em 29 de maio de 2018.